



CONGRESSO

CPMI do INSS agoniza sem uma conclusão

Perto do fim do prazo para fechamento, comissão criada após escândalo de desvios das contas dos velhinhos pode acabar em pizza

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

A poucos dias do fim do prazo para prorrogação, marcado para 28 de março, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) caminha para terminar sem conclusão, ou seja, em pizza. Esse risco de não ter desfecho, aliás, revela o desconforto político generalizado em torno da continuidade das investigações do escândalo que lesou mais de 5,7 milhões de brasileiros.

Criada para apurar um esquema de fraudes estimado em, pelo menos, R\$ 6,3 bilhões contra aposentados e pensionistas, a CPMI do INSS enfrenta resistência crescente para prorrogar seus trabalhos, mesmo diante de um volume robusto de provas ainda em análise. Em princípio, a continuidade dos trabalhos da comissão parece não interessar ao governo, ao presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e a uma ala do Centrão.

O escândalo escancarou, inclusive, uma prática dos sindicatos buscarem receita após o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical no governo anterior e que retornou em 2023 com a atual gestão. Entre os alvos das investigações realizadas pela Polícia Federal na Operação Sem Desconto, que revelou o desfalque bilionário nas contas dos velhinhos, estavam o irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), José Ferreira da Silva, o Frei Chico, e, o diretor-presidente da Amapá Previdência (Amprev), Jocildo Silva Lemos, que possui vínculos políticos e familiares com Alcolumbre. Tanto Jocildo como outros membros do Comitê de Investimentos votaram favoráveis à aplicação no Banco Master — liquidado pelo Banco Central em novembro de 2025 — e contaram com mandados de busca e apreensão expedidos.

O relator da CPMI do INSS, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), inclusive, criticou a falta de manifestação do Alcolumbre, classificando como “inércia” a ausência de resposta dele até o momento. O deputado disse que está “espantado com essa situação”. Ele ainda defendeu que a ampliação do prazo é essencial para consolidar um relatório mais consistente.

Há, ainda, a possibilidade de judicialização. Integrantes da CPMI admitem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a

Danandra Rocha/CB/DA.Press



Deputado Alfredo Gaspar (União-AL), relator da CPMI, diz ter esperança que Supremo aprove um prazo maior para o colegiado

extensão dos trabalhos, o que adicionaria mais embates entre Legislativo e Judiciário. O pedido está sob a relatoria do ministro André Mendonça.

“A esperança é de que o ministro relator dê à CPMI a oportunidade de produzir um relatório com muito mais profundidade em relação aos indícios e às responsabilidades”, declarou Gaspar. Para ele, encerrar a CPMI, neste momento, significaria interromper uma apuração que ainda reúne elementos relevantes sobre o esquema investigado.

Desde quando foi instaurada, em 20 agosto do ano passado, a CPMI aprovou ao menos 87 quebras de sigilo, reuniu mais de 30 Giga-bytes de dados bancários e telefônicos e avançou sobre contratos suspeitos que ultrapassam 250 mil operações de crédito consignado potencialmente irregulares. Ainda assim, o tempo é considerado insuficiente por parte dos próprios integrantes da comissão, sobretudo diante da complexidade do material coletado e das frentes de investigação que seguem abertas.

O presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG),

tornou-se o principal defensor da prorrogação, argumentando que o encerramento agora comprometeria a conclusão dos trabalhos. Ele sustenta que decisões judiciais recentes, que limitaram o acesso a dados e flexibilizaram a obrigatoriedade de depoimentos, acabaram atrasando o andamento das apurações. A proposta em discussão varia entre 30 e 60 dias adicionais aos trabalhos do colegiado.

“A medida judicial foi adotada porque a comissão entende que foram atendidos os requisitos constitucionais e regimentais necessários para a prorrogação”, disse Viana, por meio de nota.

A pressão por mais tempo também vem da oposição. Parlamentares como Eduardo Girão (Novo-CE), Izalci Lucas (PL-DF) e Marcel van Hattem (Novo-RS) lideraram a coleta de assinaturas para estender a comissão, reunindo mais de 200 apoios no Congresso. Para esse grupo, a CPMI ainda não alcançou o núcleo central do esquema, que envolve instituições financeiras, associações e operadores suspeitos de intermediar descontos indevidos diretamente na folha do INSS. “Se

o mandato de segurança que impedimos resultar em uma negativa por parte do Supremo, por força de lei e de prazo, teremos de partir para a leitura do relatório, ainda que parcial, e para a tentativa de aprovação do texto até no final da próxima semana”, disse Girão a jornalistas, na quarta-feira passada.

Resistência

Por outro lado, a resistência não se manifesta de forma explícita, mas se materializa na prática. Parlamentares da base do governo evitam aderir ao pedido de prorrogação, enquanto parte do Centrão atua para reduzir o tempo adicional ou simplesmente deixar a comissão expirar. Nos bastidores, o cálculo é político: prolongar a CPMI significa manter em evidência um escândalo de grande alcance social e potencial desgaste institucional.

Entre os parlamentares da ala petista que são contra a prorrogação da CPMI do INSS está o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), ex-ministro de Lula. A jornalista, ele afirmou que a comissão já reuniu todos os elementos

necessários para concluir as investigações, e a continuidade dos trabalhos atende mais a interesses políticos da oposição do que à apuração de fatos novos.

“Não há absolutamente nada a mais que a CPI possa investigar”, declarou o parlamentar petista. Ele ainda destacou que o objetivo do colegiado é a comissão de “palco de disputa política”.

Pimenta também avaliou que os depoimentos recentes não trouxeram novidades, mas reforçaram que as irregularidades no crédito consignado tiveram origem em mudanças adotadas durante o governo Jair Bolsonaro, entre 2021 e 2022, com participação do Banco Central do Brasil. “O esquema só foi possível por alterações feitas naquele período”, pontuou.

Em uma ala do Centrão também existe uma mobilização de parlamentares para tentar barrar a prorrogação da comissão. A estratégia, conforme apurado pelo **Correio**, seria pressionar deputados e senadores de centro pela retirada de assinaturas que endossam o requerimento apresentado para estender

os trabalhos, que chegou a contar com a aquisição de 175 deputados e 29 senadores em apoio ao requerimento. O ato pela retirada de assinaturas pode ter efeito na desqualificação do mandato de segurança apresentado ao STF e que pede a prorrogação dos trabalhos por 120 dias.

Girão também direcionou críticas a Davi Alcolumbre, questionando a falta de avanço na prorrogação da comissão e levantando suspeitas sobre possíveis conflitos de interesse. Na mesma linha, a deputada Bia Kicis (PL-DF) afirmou que as decisões judiciais têm prejudicado diretamente os trabalhos da CPMI. Para ela, há um esforço do governo para encerrar as investigações. “O governo está desesperado, está fazendo de tudo para encerrar agora essa CPMI, porque eles querem blindar todo mundo”, declarou.

A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) também criticou a atuação da Suprema Corte, classificando as decisões como uma afronta à separação entre os poderes. “As últimas decisões do STF interferem diretamente no Congresso Nacional, porque a CPI é uma prerrogativa do Congresso de investigar”, disse. Segundo ela, permitir que testemunhas deixem de comparecer compromete a efetividade das investigações, mas defendeu que o Supremo retome seu papel constitucional. “Precisamos devolver ao STF o papel de guardião da Constituição. A CPMI está muito prejudicada com essas interferências”, acrescentou Ventura.

Especialistas, porém, afirmam que as decisões do Supremo seguem parâmetros constitucionais já consolidados e fazem parte do sistema de freios e contrapesos entre os Três Poderes. Doutor e mestre em filosofia do direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Roberto Beijato Junior avaliou que as CPIs possuem poderes amplos de investigação, mas estão sujeitas ao controle de legalidade do Judiciário.

O advogado Berlinke Cantelmo, especialista em direito penal, destacou que as “CPIs não podem ultrapassar garantias constitucionais fundamentais”, e, portanto, uma intervenção judicial deve “preservar o equilíbrio institucional”. “O Supremo acaba atuando como árbitro entre o poder investigatório do Congresso e a proteção de direitos individuais.”

Petista denuncia blindagem de igreja na comissão

O deputado Rogério Correia (PT-MG) acusou a cúpula da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de impedir o avanço de investigações envolvendo a Igreja Batista da Lagoinha e entidades associadas. Segundo ele, requerimentos apresentados desde novembro não foram sequer levados à votação. A declaração foi dada com exclusividade ao **Correio**.

Entre os pedidos detalhados por Correia, está a quebra de sigilo e convocação de pessoas ligadas ao núcleo financeiro investigado, a quebra de sigilo do pastor André Valadão, investigação da fintech Clava Forte Bank e pedidos de apuração direta sobre a Igreja Batista da Lagoinha, frequentada por vários parlamentares bolsonaristas.

Segundo o petista, parte desses requerimentos só foi aprovada na fase final da comissão, o que

inviabilizaria resultados práticos. “O presidente e o relator não colocaram em votação. Se colocassem, seria aprovado. Quanto à convocação e a quebra de sigilo, elas só foram aprovadas agora no final (da Comissão) e não vai dar tempo (de ser apreciada)”, disse Correia que também direcionou críticas ao presidente da CPMI, o senador Carlos Viana (Podemos-MG), a quem atribuiu uma “blindagem” para impedir a investigação da Igreja.

“Ficou evidente que foi uma manobra para não deixar investigar a Igreja Lagoinha”, afirmou o parlamentar, que também mencionou a ligação de figuras políticas e religiosas com a instituição, incluindo o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), além de líderes religiosos e empresários. Segundo ele, essas conexões reforçariam a necessidade de aprofundamento das apurações.

Foi também por meio de uma representação do petista juntamente com o deputado Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ), que na quinta-feira passada, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que, tanto Viana quanto a mesa-diretora do Senado Federal, explicassem sobre a destinação de R\$ 3,6 milhões em emendas parlamentares transferidas à Fundação Oásis, entidade ligada à Lagoinha.

Na ação movida pelos parlamentares, os valores foram distribuídos por três etapas diferentes. A primeira com a destinação de R\$ 1,5 milhão em 2019, por meio de transferência à Prefeitura de Belo Horizonte com destinação à fundação, seguido do repasse de R\$ 1,47 milhão em 2023, diretamente para a unidade de Capim Branco, na região metropolitana da capital mineira e por último R\$ 650,9 mil em 2025, em um

novo repasse para o mesmo lugar.

O presidente da CPMI do INSS comentou questionamentos feitos pelo ministro Flavio Dino no mesmo dia e afirmou que não existem irregularidades em sua atuação e disse ver a situação com tranquilidade. “Sou uma pessoa pública. Todas as minhas ações são passíveis de questionamento e eu tenho a obrigação de responder”, declarou Viana. Segundo ele, os recursos foram destinados a prefeituras, que posteriormente executaram projetos sociais, incluindo parcerias com instituições religiosas e assistenciais. “A igreja não recebeu um tostão diretamente”, afirmou.

O parlamentar também relacionou as críticas a uma possível relação política. “Tentaram primeiro colocar um presidente alinhado à investigação e não conseguiram. Agora tentam desqualificar os investigadores”, disse. (WL)

Divulgação/Redes Sociais



Rogério Correia (PT-MG) acusa CPMI de impedir investigações da Lagoinha